

UM OLHAR PARA DENTRO DOS PARTIDOS NACIONALISTAS: PTB E UDN EM PERSPECTIVA COMPARADA

Barbara Caroline Botassio

Guilherme de Carli Pavão de Godoy

Introdução

O desmantelamento do Estado Novo e a democratização do Brasil em 1945 não acarretou, ainda que iniciasse uma nova vida partidária no país, na ruptura definitiva com o antigo regime. Entendemos que para se romper com um regime governamental não basta mudar a configuração do sistema político de uma nação, mas também garantir que as velhas principais lideranças, seus ideais e movimentos não sejam incorporados de modo significativo na emergente conjuntura. Ao contrário, o Brasil assistiu à permanência ideológica e pragmática de Getúlio Vargas, tanto nos setores de apoio a volta do ex-ditador ao poder quanto da oposição.

O fato é que, em meio a um modelo democrático, tais grupos se viram obrigados a se organizar e institucionalizar em partidos políticos para, através da competição e da cooperação nas arenas eleitorais e parlamentares, defender seus interesses, seus nacionalismos e versões de Estado interventor. É importante ressaltar que entre os anos de 1945 a 1964, configura-se no Brasil um conjunto de ideologias nacionais-desenvolvimentistas que caracteriza um período de debate acerca dos meios pelos quais a nação deixaria a condição de subdesenvolvida. Os partidos evoluíram, portanto, dentre brigas internas e disputas decisórias, conforme as mudanças político-econômicas, as quais influenciavam e eram influenciados durante os jogos de poder.

Dentre os partidos surgidos nesse enquadramento, destacam-se dois pela importância histórica: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), forte defensor da candidatura varguista, e a União Democrática Nacional (UDN), ferrenha opositora de Getúlio Vargas. Igualmente relevante foi o Partido Social Democrático (PSD), mas como sua origem é interna ao Estado seu processo de institucionalização parte de atores vinculados à máquina administrativa burocrática, não sendo interessante para esse ensaio que, como veremos mais detalhadamente adiante, pretende comparar a trajetória e a formação de dentro do partido, acompanhando as lideranças, os cargos, os processos e regras, as intrigas etc.

De meados dos anos quarenta até os anos sessenta, o Brasil vive um novo paradigma industrialista, não focado na solução de problemas com o mercado internacional, mas no próprio desenvolvimento industrial do país. A urbanização se acelera, as relações de produção se complexificam meio a inúmeras classes e frações sociais com diferentes interesses e a política se adequa à situação tentando atrair o eleitorado e firmando discursos que casavam as demandas públicas aos partidos ou ao líder, como o caso do getulismo. Getúlio Vargas, através de manobras carismáticas sempre apelando a sua personalidade e ao seu histórico na instituição de direitos trabalhistas, procurava alcançar o proletariado urbano transformando o trabalhismo no próprio getulismo. A UDN, por outro lado, vinha na contra-mão, aproveitando-se do conservadorismo de classe média, dos meios de comunicação e das forças latifundiárias do país para não só impedir a volta de Getúlio ao poder, mas de tomar os rumos do desenvolvimento brasileiro. O que há de comum nos dois partidos é, contudo, as diferentes (e muitas vezes divergentes) linhas que abrigavam dentro de sua estrutura.

Institucionalismo Histórico

Para alcançar os objetivos elucidados no artigo utilizaremos do arcabouço teórico-metodológico do institucionalismo histórico, para melhor compreender os processos de construção, manutenção e adaptação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da União Democrática Nacional (UDN). Nesse sentido, o institucionalismo histórico elegerá como objeto de estudo um coletivo de agentes em interação contínua, seja como agentes que se adaptam ou como agentes que pressionam mudanças institucionais.

Por isso, o resultado das trajetórias e das escolhas sociais não seria imprevisível, uma vez que as interações se dão entre agentes cujas ações detêm finalidades e entre agentes dentro e fora das instituições. Assim, para a abordagem histórica, as instituições emergiram como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não.

As relações indivíduos-instituições são apreendidas na abordagem histórica a partir de uma perspectiva cultural. Neste caso, os comportamentos não são apenas racionais e otimizadores. Ao contrário, os agentes respondem às interpretações que fazem do mundo, ou da comunidade política em que estão inseridos. As instituições ganham uma dimensão moral na medida em que se constituem como símbolos que orientam a interpretação e a escolha da ação dos indivíduos, a qual não será unicamente relacionada a fins, mas também à identidade e às preferências: “*não*

somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam as ações” (HALL e TAYLOR, 2003, p.198).

Essa vertente do neoinstitucionalismo tende a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas. Enfim, elas buscam combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as idéias, a esses mesmos processos.

Outro ponto fundamental da análise proposta é deparar através do institucionalismo histórico como esses dois partidos políticos, através do contexto político, histórico e da conjuntura econômica entraram em conflito nesse período, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros na competição eleitoral e governamental.

O Partido Trabalhista Brasileiro

Para melhor entender o surgimento do PTB, é preciso analisar as interações e interdições entre agentes e grupos durante as transformações políticas ocorridas na década de 40. Como se sabe, o Estado Novo chefiado por Vargas era declaradamente anticomunista, o que significou a anulação da experiência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em termos legais. Com grande parte da membresia presa, o partido só começou a se reorganizar em 1941, mas apenas em 1945 foi possível sua legalização no cenário agora democrático. Sabendo da persistente força de Getúlio Vargas mesmo após sua derrota no antigo regime, o PCB buscou aliar-se estrategicamente ao ex-ditador, temendo um futuro retorno de sua repressão.

Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, o PTB *“teve suas origens ligadas a uma conjuntura na qual os comunistas ensaiaram uma tentativa de aproximação a Vargas”* (DELGADO, 1989, p. 30). Em resumo, podemos dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro foi um dispositivo institucional criado para conquistar a massa de trabalhadores urbanos, alvo principal dos comunistas. Seria essa uma definição da escolha racional que, como veremos, torna-se insuficiente para explicar as futuras divergências do partido. Ainda que se tenha a intenção de chegar ao poder por parte dos agentes, pesará muito a ideologia e o posicionamento em relação a figura do líder varguista.

Ainda para Delgado, apesar do PTB ter se vinculado aos trabalhadores e aos sindicatos, o partido é dirigido quase que exclusivamente por uma elite. Se observarmos a estrutura interna, levando em conta seus vários estatutos (modificados ao longo dos anos) e os eventos oficiais, como as Convenções Nacionais que aconteciam a cada triênio a fim de garantir a transparência das transações e a realização de eleições para cargos do Diretório Nacional, notaremos que existe um aparato decisório, já prescrito nas cláusulas, restrito a pouquíssimos atores. O controle dos procedimentos e dos diretórios era centralizada e qualquer ameaça era levada à Justiça, pois nada poderia escapar dos dirigentes:

“Grande parte dos estatutos cuidava exatamente de regulamentar e detalhar possíveis situações de litígio e formas de resolução. Mais de um terço dos quase 100 artigos dos estatutos do PTB - os da UDN tinham pouco mais de 40 - eram dedicados a pormenores relativos à renúncia ou à deposição de diretórios municipais e regionais e à nomeação de comissões executivas provisórias. A ossatura legal do PTB revela, desde o início, um partido preparado para a aniquilação de facções internas. Não por acaso, foi, durante o período de 1945 a 1964, o partido que mais recorreu à Justiça Eleitoral.” (D’Araujo, Maria Celina, 1996: 87)

Entretanto, havia uma cisão interna à elite no que se refere ao propósito do partido. Deveria ele servir às bandeiras populares ou ao candidato Getúlio Vargas? A questão torna-se relevante na medida em que a figura do “pai dos trabalhadores” se confundia com a própria garantia de direitos e melhora na qualidade de vida dos proletariados. Apoiar Vargas seria apoiar o trabalhismo. Um importante ideólogo do PTB, Alberto Pasqualini, posicionava-se contra esse segmento defendendo a despersonalização do partido, que levava a um conservadorismo prejudicial à massa trabalhadora. Pasqualini era um reformista. Lutava pela organização autônoma daqueles que vendiam a força de trabalho, mas ainda pensando num projeto nacional policlassista.

A história já nos diz quem venceu, primeiramente, essa disputa dentro do PTB. Foi só após a morte de Getúlio Vargas que o partido, embora ainda sustentando o personalismo de outros atores, conseguiu se firmar de uma maneira mais ideologicamente à esquerda. Tal quadro é interessante para entender como uma instituição não consegue impor um complexo comportamental unívoco mesmo quando criada para um propósito em comum. É possível questionar então até esse suposto propósito de criação, que mesmo existente de uma forma consensual no início, está sujeito a se modificar conforme os interesses individuais e os acontecimentos sociopolíticos. No caso do PTB, o partido surge em função da demanda de eleitores aspirantes por representação junto a um grupo de agentes que buscam posições de

poder para realizar um determinado projeto, seja pessoal ou coletivo. Com o tempo, as divergências aparecem entre os membros e se inicia uma luta de interesses e visões de mundo dentro da própria instituição, descaracterizando-a por um lado (quando se era contra ao getulismo) e reforçando-a por outro (como no elitismo dirigente e personalista).

UDN e udenismo

O marco histórico, mais usual apontado como início do processo de formação do partido, é o manifesto dos mineiros, redigido em 1943 com a presença de diversos fundadores da União Democrática Nacional. A fundação do partido ocorre em 1945 e os signatários eram mineiros de classes mais proeminentes no estado. As divergências internas desde o começo já eram intensas, devido à agregação de grupos sociais distintos, só entre os fundadores, Benavides (1981) distingue cinco categorias: Oligarquias destronadas na revolução de 30; Os antigos aliados de Vargas que foram marginalizados; Os que participaram do Estado Novo; Os grupos liberais; As esquerdas.

A análise do discurso udenista é relevante nesse debate no que concerne uma gama de produção intelectual de seus membros, sempre preocupados de produzir e revelar justificativas para suas atitudes partidárias, essa característica seria um indicativo a composição intelectualizada do partido. Essa auto representação dos agentes institucionais e dos documentos no qual a ideologia do partido é proclamada como programas e manifestos, são insuficientes para demonstrar a complexidade do partido como um todo, porém significativa para compreender seu significado.

O mais relevante a ser destacado, porém, é que o udenismo não se confunde a UDN. Ela ultrapassa a dimensão institucional do partido e consegue se fazer presente em outras legendas.

“O udenismo é entendido com um conjunto de ideologias e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político), mas com ela se identificavam no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação” (Benavides, 1981: 147).

Não obstante a inspiração nas tradições liberais brasileiras, o udenismo agrega também novas questões e afasta outras clássicas, produzindo uma ideologia diferente das clivagens que se tinha no pensamento social brasileiro. O udenismo, no entanto, não se coloca como ideologia

dominante, o governo continua fora do seu alcance e a fama de partido desprendido de poder se prolonga.

Se algumas correntes do udenismo falavam sobre a importância de ser oposição ao passar do tempo a defesa de vias não democráticas progressivamente começaram a imperar no partido. Apesar da ampla maioria udenista no partido da ditadura não seria correto pensar a Arena como uma continuação da UDN.

Em termos de estrutura, a UDN se organizou de forma extensiva no território nacional desde sua fundação. Em 1945, junto ao PSD, o partido conseguiu 82% de deputados federais eleitos graças a sua presença nos níveis subnacionais. Como a UDN abrigava interiormente uma diversidade ideológica, composta por atores de diferentes trajetórias e grupos, a instituição udenista teve que permitir uma maior liberdade de seus diretórios distribuídos no território brasileiro. Aqui cabe bem a definição de Maurice Duverger sobre partidos:

“Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidade, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (secção, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras.” (Duverger, 1990: 20)

Os diretórios estaduais eram autônomos em relação a várias cláusulas do regimento interno; eles poderiam decidir sobre a forma como administrariam suas finanças, a escolha de candidatos, o modo como conduziram as campanhas eleitorais etc. As operações e interações em nível presidencial e parlamentar eram responsabilidade do Diretório Nacional.

A respeito dessa autonomia, Benevides (1981) levantou algumas hipóteses que poderiam explicá-la, perpassando por resquícios coronelistas, a ausência de partidos consolidados e o poder extralegal. Seja qual for a melhor das hipóteses, tal qual o cerne da ideologia da UDN, marcada fortemente por um viés classista- embora fracionado por questões agrárias ou urbanas-, a estrutura interna do partido era coerente a lógica regionalista de competição entre as elites locais. Isso, somado à pauta retrógrada, colocava definitivamente a UDN à direita no quadro partidário brasileiro e caracterizava-a como uma instituição híbrida, devido a aglomeração de diferentes agentes, porém lógica pelos interesses que haviam em comum.

Conclusão

O período populista da história brasileira, que é simultaneamente plano de fundo e produto das trajetórias petebistas e udenistas, oferece um cenário interessante para o

desenvolvimento de instituições partidárias que tentam (ou não) adaptar seus elitismos ao modelo democrático. Enquanto o PTB, defensor do trabalhismo (getulista ou não) e de um projeto mais progressista, preferiu construir-se de maneira centralizada e fechada, a UDN, igualmente dominada por “oligarquias”, constituiu-se em vários diretórios autônomos em níveis regionais. A diferença está primeiramente no número, já que no caso petebista a elite era uma só, ainda que com suas divergências internas, ao passo que a UDN possuía muitos grupos dirigentes e relativamente independentes ao redor do país.

Segundo Carlos Ranulfo Melo e Rafael, um sistema partidário consolidado normalmente tem um desempenho melhor e *“o jogo político torna-se mais estável, menos permeável ao surgimento de outsiders”* (MELO e CÂMARA, 2012: 75). No caso dos sistema partidário estabelecido em 1945, a estabilidade das instituições representativas já estavam comprometidas porque desde o início os partidos foram afetados por “outsiders” graças a um suposto propósito comum que as uniam, seja para reeleger ou barrar Getúlio Vargas, que deixou de lado questões importantes de governabilidade interna e externa, agravantes de alianças duvidosas e da política interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional. EDUNICAMP, Campinas, 1993.
- BENEVIDES, Maria Victoria. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981
- D'ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DELGADO, Lucília Mendes de Almeida Neves. O PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, São Paulo, n.58, 2003.
- MELO, Carlos Ranulfo F. e CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. Dados, vol. 55, n. 1 2012.

